SARDEIRAS DE BAIXO

OLEIROS | SERTÃ | PROENÇA-A-NOVA

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO



SARDEIRAS DE BAIXO

OLEIROS | SERTÃ | PROENÇA-A-NOVA

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO

Edição | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Elaboração | Divisão de Apoio à Gestão de Fogos Rurais/DGFR;
Divisão de proteção Florestal/DRGVF do Centro

Data edição | 18 de agosto de 2020

O presente documento encontra-se disponível em www.icnf.pt

ÍNDICE

1 Introdução 2

2 Caraterização da área percorrida pelo incêndio 3

2.1 Limites administrativos 3

2.2 Declives 4

2.3 Rede Hidrográfica 4

2.4 Uso do solo e ocupação florestal 5

2.5 Regime cinegético 5

2.6 Planos de gestão florestal, regime jurídico de arborização e zonas de intervenção florestal 6

2.7 Rede viária florestal 6

2.8 Histórico de incêndios 7

2.9 Recorrência de incêndios 7

2.10 Severidade 7

3 Medidas para estabilização de emergência 8

4 ANEXOS 13

ANEXO I - Mapas 13

ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável 23

1 INTRODUÇÃO

No mês de julho de 2020, entre os dias 25 e 29, ocorreu um grande incêndio florestal que afetou 5 592 hectares dos concelhos de Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova.

Atendendo ao forte impacte na paisagem, no funcionamento dos ecossistemas e nas atividades humanas, que em grande medida se baseiam no setor primário e, crescentemente, no turismo em espaço rural, e também ao histórico de incêndios florestais desde a década de 1960, de que se salientam os grandes fogos de 1979, 1991, 2000 e 2003, nos termos da legislação em vigor, é justificada a elaboração de um relatório de estabilização de emergência (anexo I).

O fogo é um fator ecológico desde sempre presente nos ecossistemas ibéricos e um poderoso modelador da paisagem. Neste contexto, entende-se como *recuperação de áreas ardidas*,

> "As atividades realizadas com vista a garantir que as áreas ardidas venham a assegurar os fluxos de bens e serviços necessários à manutenção das condições ecológicas dos espaços afetados e das condições socioeconómicas das populações envolventes".

A recuperação abrange duas dimensões, a *biofísica* e a *socioeconómica*, sendo que no âmbito da primeira componente são usualmente distinguidas 4 fases no processo de recuperação de uma área ardida, as quais por vezes podem ser simultâneas:

- 1.ª **Avaliação dos efeitos do incêndio**, incluindo todas as ações no âmbito da delimitação e caracterização do problema, nomeadamente no que respeita à cartografia da área afetada, grau de severidade do incêndio, identificação dos danos imediatos e de longo prazo e dos impactes socioeconómicos. Muitas vezes esta fase inicia-se ainda durante a ocorrência do incêndio e termina nas semanas imediatas;
- 2.ª **Estabilização de emergência**, na qual se executam as ações que se a executar no *muito curto prazo* (nas semanas seguintes) no âmbito da proteção das bacias hidrográficas e do solo e, por exemplo, das medidas de emergência para a salvaguarda da vegetação e da fauna com especial valor de conservação e com impacte na segurança das infraestruturas. Pretende-se aqui reconhecer eventuais ameaças iminentes à vida e segurança humanas, às propriedades e bens e a recursos naturais ou culturais relevantes e executar ações imediatas, tecnicamente ajustadas, para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados;
- 3.ª **Reabilitação**, envolvendo sobretudo atividade a executar no *curto e médio prazos* no âmbito da proteção das bacias hidrográficas, do solo, da recuperação de salvados e da vegetação e da fauna (incluindo a cinegética), muitas associadas à monitorização da resposta dos ecossistemas e às medidas corretivas que dela derivem, no prazo de 2-3 anos após o incêndio;
- 4.ª **Recuperação de longo prazo**, com todas as ações de planeamento e intervenção que assegurem a recuperação sustentável das áreas ardidas no *longo e muito longo prazos*, desenvolvidas normalmente após 2-3 anos depois da ocorrência do incêndio. Para este efeito existem várias medidas de política florestal que visam garantir um adequado enquadramento institucional e gestionário, de que se salientam as zonas de intervenção florestal (ZIF) e as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP).

O presente relatório realizado em estreita cooperação com as autarquias locais e com as organizações de produtores florestais dos concelhos afetados, visa dar resposta às necessidades de intervenção de emergência, cobrindo principalmente os pontos 1 a 3 acima referidos, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro, e bem assim à Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho (Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais)

2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

O incêndio de **Sardeiras de Baixo** localiza-se na zona centro de Portugal Continental, entre as latitudes 39º 52' 38''N e 39º 46' 48''N e longitudes 08º 0' 29''W e 07º 52' 21''W, inserido na NUTS III Médio Tejo e Beira Baixa, na área de transição do litoral para o interior, região onde se encontram as maiores densidades florestais – no coração do antigamente designado *Pinhal Interior Sul*.

O alerta do incêndio foi dado no dia **25-07-2020** pelas 15h31, sendo dado como extinto no dia **29-07-2020** pelas 08h52, tendo ardido um total de **5 592 hectares**. Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **BI220227** e código ANEPC **2020050017687**.

2.1 Limites administrativos

A cartografia do perímetro do incêndio foi inicialmente produzida com base na informação fornecida pelo Serviço de Gestão de Emergências da União Europeia, a partir de imagens de satélite de alta resolução (Copernicus). Posteriormente operou-se um reajuste de limites do perímetro, e também de "bolsas" existente no seu interior, através de imagens do Satélite Sentinel-2, a fim de melhor representar áreas afetadas e não afetadas. A distribuição pelos concelhos e freguesias é a seguinte:

Distrito	Concelho	Freguesia	Área da unidade administrativa (ha)	Área ardida (ha)	% de área ardida
CASTELO BRANCO	Oleiros	**Total concelho**	**47109**	**1487**	**3,2%**
		Oleiros-Amieira	14364	269	1,9%
		Mosteiro	1770	46	2,6%
		Isna	2794	1172	42,0%
	Sertã	**Total concelho**	**44673**	**3639**	**8,1%**
		Troviscal	5337	901	16,9%
		UF Ermida e Figueiredo	4274	2709	63,4%
		Várzea dos Cavaleiros	3451	29	0,8%
	Proença-a-Nova	**Total concelho**	**39540**	**466**	**1,2%**
		UF Proença-a-Nova e Peral	17151	462	2,7%
		UF Sobreira Formosa e Alvito da Beira	11866	4	0,0%
TOTAL GERAL				**5592**	

A área geográfica do incêndio incide em 3 concelhos: Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova no distrito de Castelo Branco. De referir que o concelho da Sertã foi, proporcionalmente à área total, o mais afetado, com 8% do seu território queimado, de seguida o concelho de Oleiros com 3% e, finalmente, com menos área ardida em relação ao total do concelho, Proença-a-Nova com 1%.

No anexo II, mapas 1 e 2, pode visualizar-se a expansão geográfica do incêndio.

2.2 Declives

A altitude da área queimada pelo incêndio de Sardeiras de Baixo varia entre os 500 e 1000 metros, com maiores cotas na Serra de Alvelos/Cabeço Rainha, referente ao bloco sueste da Cordilheira Central, juntamente com as serras de Muradal e Gardunha. Existem algumas zonas onde o declive é bastante acentuado com valores superiores a 20%, sendo os pontos mais elevados nos concelhos de Oleiros e Sertã, mais propriamente na Serra do Cabeço Rainha, no vértice geodésico homónimo, com 1084 metros de altitude.

No perímetro do incêndio a Serra do Cabeço Rainha destaca-se pelo seu relevo mais saliente de formação xistosa, com um topo extenso e relativamente aplanado, e com dois alinhamentos distintos, Cabeço Rainha - Besteiras de direção OSO-ENE, e Fundeiro-Lamieiro da Serra de direção SO-NE, seguido de vertentes mais ou menos abruptas, principalmente na vertente norte, queimada na primeira fase do início de incêndio, com passagem dos 600 metros para 500 metros na ribeira do Escaldado, e subindo a encosta norte da Serra do Cabeço Rainha até aos 1000 metros de altitude. Na sua progressão para sudoeste o incêndio alcançou os vértices geodésicos do Rendeiro com 895 metros de altitude, Lameiro da Serra com 833 metros, Figueiredo com 828 metros e Fundeiro este último com 782 metros de altitude, no concelho da Sertã, na união de freguesias de Ermida e Figueiredo. No concelho de Proença-a-Nova, já na fase final do incêndio, alcançaram-se dois vértices geodésicos com altitude de 904 metros no Cabeço das Corgas, e no Fatelo com 755 metros de altitude, na união de freguesias de Proença-a-Nova e Peral.

No anexo II, mapa 4, pode visualizar-se a o grau de declivosidade na área queimada.

2.3 Rede Hidrográfica

É uma zona com algum relevo e acentuados declives, e com vales de vertentes muito abertas, convexas, muito por sequência da ação da tectónica e da ação modeladora de escorrências que drena as suas águas em direções diferentes. A continuidade em altitude imposta pela linha de cumeada determina os vários destinos possíveis que o escoamento superficial pode tomar. No entanto uma boa parte das linhas de água não ocorre como cursos de água permanentes, possuindo apenas escorrência temporária, aquando de episódios de forte pluviosidade, podendo apresentar, transitoriamente, caudais torrenciais. Grande parte do incêndio incide na bacia hidrográfica do Zêzere, sendo que a progressão do incêndio realiza-se nas sub-bacias da ribeira da Sertã, ribeira da Tamolha e ribeira de Isna. Uma pequena parte do incêndio está na bacia hidrográfica do rio Ocreza, na sub-bacia de ribeira da Serzedinha, no concelho de Proença-a-Nova. De salientar que o incêndio teve o seu desenvolvimento entre duas importantes linhas de água permanentes, a ribeira da Sertã e a ribeira de Isna, tendo esta sido transposta quando o incêndio entrou no concelho de Proença-a-Nova.

Merece especial menção a necessidade de proteção da envolvente imediata da albufeira da barragem de Corgas e da parte superior da bacia da ribeira da Isna, a montante da barragem, que foi afetada em cerca de 1/3 na sua extensão, frequentemente com severidade elevada e muito elevada.

No anexo II, mapa 5, pode visualizar-se a distribuição da área ardida pelas sub-bacias hidrográficas.

2.4 Uso do solo e ocupação florestal

Dominam ocupações florestais, com predominância de povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, associada a uma significativa área de matos e pastagens espontâneas, em parte consequência do abandono de gestão.

Uso do solo e ocupação florestal (IFN6)

Ocupação do solo	Ocupação florestal	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	**Pinheiro-bravo**	**2295**	3346
	Eucalipto	**1026**	
	Outras folhosas	**24**	
Matos			1880
Pastagens			98
Improdutivos			24
Agricultura			246
TOTAL			**5592**

No anexo II, mapa 6, pode visualizar-se a distribuição do uso do solo e da ocupação florestal da área ardida, tendo como base na COS 2018 (DGT).

2.5 Regime cinegético

Do total de área ardida, cerca de 4 228 hectares encontram-se sujeitos ao regime cinegético ordenado.

Zonas de Caça afetadas

Concelho	Processo	Zona de Caça	Tipo	Total Ardida (ha)	Área total (ha)	% de área ardida
Oleiros	3179	ZCM de Oleiros	Municipal	250	17447	1,4%
Sertã	5819	ZCM da freguesia do Troviscal	Municipal	3521	14215	24,8%
Proença-a-Nova	4384	ZCM da Cortiçada	Municipal	457	6269	7,3%
TOTAL				**4228**		

2.6 Planos de gestão florestal, regime jurídico de arborização e zonas de intervenção florestal

No que respeita ao ordenamento e gestão florestal, dentro do perímetro de incêndio apenas existe uma propriedade com plano de gestão florestal aprovado, com a área total de 48,71 ha.

No âmbito do regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborizações estão contabilizados cerca de 11,6 hectares de áreas intervencionadas desde 2013, tendo neste período sido autorizados/validados 11 projetos, na sua maioria pedidos de arborização e rearborização com instalação de povoamentos de eucalipto (em 75% dos casos).

De salientar a inexistência de zonas de intervenção florestal.

Regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborizações (RJAAR)

Concelho	Tipo de Intervenção	Espécie	Área ardida (ha)	% de área ardida
Oleiros	Rearborização	Eucalipto	0,3	2,5%
Sertã	Arborização	Eucalipto	2,8	24,0%
	Rearborização	Eucalipto	5,7	49,0%
		Pinheiro bravo	2,8	24,5%
TOTAL			**11,6**	

No anexo II, mapa 5, pode visualizar-se a distribuição dos instrumentos de gestão florestal na área ardida.

2.7 Rede viária florestal

A rede viária florestal apresenta de uma forma geral uma grande densidade. Relativamente à rede viária florestal de 1.ª ordem verifica-se um total de 2,4 km; quanto à rede viária florestal de 2.ª ordem afetada, tem uma extensão de 79,5 km sobretudo estradões florestais e estradas municipais de ligações a diferentes aglomerados populacionais, incluindo algumas estradas e caminhos florestais; a rede viária florestal de 3.º ordem desenvolve-se por 159,2 km na sua maioria trilhos. Estes valores têm por base a classificação constante nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios dos municípios em causa. Foram posteriormente identificados pontos críticos de estabilização de emergência, que resultaram do cruzamento da rede viária florestal com linhas de água, afim de uma posterior beneficiação de caminhos, em caso de desagregação da sua estrutura, ou regularização dos dispositivos hidráulicos, sempre que necessário.

No anexo II, mapa 6, pode visualizar-se a distribuição da rede viária florestal, bem como a sua interação com as linhas de água principais.

2.8 Histórico de incêndios

Os anteriores grandes incêndios florestais registados desde 1975 ocorreram em 1979, 1991, 2000 e 2003, apresentando evoluções diferentes, muito por influência dos pontos de início, das condições atmosféricas e da orografia, para além da carga combustível existente.

De salientar o incêndio de 1979 que atingiu áreas dos concelhos de Oleiros e Sertã, como a serra do Carujo, Cabeço de Seladoinho e toda serra do Cabeço Rainha, com desenvolvimento muito semelhante ao incêndio ocorrido no ano de 1991, apesar de este afetar também áreas entre a ribeira de Isna e os lugares de Corgas e Malhadal, no concelho de Proença-a-Nova.

No ano de 2000, um grande incêndio no concelho de Oleiros que se iniciou na Serra das Mougueiras, progredindo pela Serra do Caniçal, e novamente pela serra do Cabeço Rainha, e terminar no Vale da Ursa e Cabeço das Corgas, no concelho de Proença-a-Nova. A maior devastação ocorreu contudo no ano de 2003, em que toda a área foi afetada, com exceção da área queimada antes em 2000, e ainda grande parte da freguesia de Isna, no concelho de Oleiros. Os maiores incêndios dos meses de agosto e outubro de 2017 ocorridos na área envolvente a este incêndio tiveram um papel preponderante na contenção da progressão do incêndio de Sardeiras de Baixo, bem como os incêndios de agosto e setembro de 2018, mas também em julho de 2019, mais propriamente na união de freguesias de Ermida e Figueiredo e na freguesia de Várzea dos Cavaleiros, no concelho da Sertã, sendo que o flanco direito do incêndio de Sardeiras de Baixo praticamente ficou confinado por estas áreas ardidas anteriores.

2.9 Recorrência de incêndios

O incêndio de Sardeiras de Baixo afeta uma área com elevada recorrência de incêndios no período de 1975-2019, tendo a maior parte da área ardido pelo menos uma vez. A maior parte da área agora queimada já havia ardido pelo menos 2 vezes e uma área não desprezável 3 a 4 vezes, o que corresponde a um período de retorno do fogo de cerca de 9 anos. De uma forma geral, a maior parte da área ardida em 2020 coincide com a área já queimada em 2003.

No anexo II, mapa 8, pode visualizar-se a recorrência de incêndios (1975-2018) na área agora ardida.

2.10 Severidade

No anexo II, mapa 9, pode visualizar-se a severidade do fogo na área ardida obtida pelo índice dNBR (*Differenced Normalized Burn Ratio*) calculado por diferença do NBR (*Normalized Burn Ratio*) antes e depois do incêndio com base em imagens do satélite Sentinel-2. Como resultado final obteve-se diferentes classes de severidade que caracterizam a intensidade com que a vegetação foi afetada pelo incêndio.

A maior severidade do fogo coincide, em grande parte, com manchas florestais de pinheiro bravo e matos, principalmente as áreas de maior altitude, traduzindo a destruição de povoamentos multiestratificados e com níveis de biomassa elevados, onde a intensidade da frente de fogo foi também maior. O mesmo não sucede em manchas de eucalipto pontualmente distribuídos pela área afetada, que segundo a severidade indica, danificado ou possível danificado.

3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As necessidades de intervenção foram avaliadas tendo em conta vários fatores, nomeadamente a severidade de incêndio, declives, ocupação do solo, áreas com estatuto de proteção, linhas de água, rede viária e pontos de água

Seguidamente apresentam-se as fichas de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante, segundo o estipulado no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro), estratificadas por concelho que se encontram estruturadas em quatro tipologias de intervenção:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda de biodiversidade.

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21.º)

1- Incêndio Sardeiras de Baixo (Oleiros)

Área (ha)	5 586	Data Início	25/07/2020
Concelho	Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã	Data Fim	
Distrito	Castelo Branco	NUTS III	

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	5 586	**Elemento fisiográfico do terreno**	
Freguesia	Ermida e Figueiredo, Isna, Mosteiro, Oleiros-Amieira, Proença-a-Nova e Peral, Sobreira Formosa e Alvito da Beira, Troviscal, Várzea dos Cavaleiros	Encostas	x
		Linhas de água	x
		Rede viária	x
		Redes DFCI	x
Concelho	Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã	Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário (€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	449,6	750,00 €	337 170,00 €
Recuperação de pontos de água	nº	2,0	3 000,00 €	6 000,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	nº	55,9	5,00 €	279,30 €
Substituição de sinalização danificada	nº	27,9	100,00 €	2 793,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	289,3	925,00 €	267 602,50 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	nº	1,0	1 500,00 €	1 500,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**615 344,80 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	918,6	300,00 €	275 577,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	2018,2	650,00 €	1 311 836,50 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**1 587 413,50 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	94,6	2 000,00 €	189 280,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº	28,0	3 000,00 €	84 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas água, nomeadamente **instalação de vegetação ripicola**	hectare	74,9	1 950,00 €	146 074,50 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	nº	24,0	1 500,00 €	36 000,00 €
			Subtotal:	**455 354,50 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº	168	50,00 €	8 378,55 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**8 378,55 €**
			Total:	**2 666 491,35 €**

4- Observações:

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21.º)

1- Incêndio Sardeiras de Baixo (Oleiros)

Área (ha)	1 481	Data Início	25/07/2020
Concelho	Oleiros	Data Fim	00/01/1900
Distrito	Castelo Branco	NUTS III	Beira Baixa

2 - Parcelas de intervenção

		Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	1 481	Encostas	x
Freguesia	Isna, Mosteiro e Oleiros-Amieira	Linhas de água	x
		Rede viária	x
		Redes DFCI	x
Concelho	Oleiros	Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	138,46	750,00 €	103 845,00 €
Recuperação de pontos de água	nº	0	3 000,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	nº	15	5,00 €	74,05 €
Substituição de sinalização danificada	nº	7	100,00 €	740,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	57	925,00 €	52 725,00 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	nº	0	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	hectare	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**157 384,05 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	392,0	300,00 €	117 600,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	796,1	650,00 €	517 478,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**635 078,00 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	14,91	2 000,00 €	29 820,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº	2	3 000,00 €	6 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas água, nomeadamente **instalação de vegetação ripicola**	hectare	14,91	1 950,00 €	29 074,50 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	nº	2	1 500,00 €	3 000,00 €
			Subtotal:	**67 894,50 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº	44	50,00 €	2 220,75 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**2 220,75 €**
			Total:	**862 577,30 €**

4- Observações: Houve uma reunião com a APA.

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21.º)

1- Incêndio Sardeiras de Baixo (Oleiros)

Área (ha)	466	Data Início	25/07/2020
Concelho	Proença-a-Nova	Data Fim	00/01/1900
Distrito	Castelo Branco	NUTS III	Beira Baixa

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	466	**Elemento fisiográfico do terreno**	
Freguesia	Proença-a-Nova e Peral e Sobreira, e Formosa e Alvito da Beira	Encostas	x
		Linhas de água	x
		Rede viária	x
		Redes DFCI	x
Concelho	Proença-a-Nova	Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário (€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	11,1	750,00 €	8 325,00 €
Recuperação de pontos de água	nº	0	3 000,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	nº	5	5,00 €	23,30 €
Substituição de sinalização danificada	nº	2	100,00 €	233,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	32,3	925,00 €	29 877,50 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	nº	1	1 500,00 €	1 500,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	hectare	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**39 958,80 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	60,2	300,00 €	18 057,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	122,1	650,00 €	79 358,50 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**97 415,50 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	19,7	2 000,00 €	39 460,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº	5,0	3 000,00 €	15 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas água, nomeadamente **instalação de vegetação ripicola**	hectare	10,0	1 950,00 €	19 500,00 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	nº	1,0	1 500,00 €	1 500,00 €
			Subtotal:	**75 460,00 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº	14	50,00 €	699,30 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**699,30 €**
			Total:	**213 533,60 €**

4- Observações: Houve uma reunião com a APA.

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21.º)

1- Incêndio Sardeiras de Baixo (Oleiros)

Área (ha)	3 639	Data Início	25/07/2020
Concelho	Sertã	Data Fim	00/01/1900
Distrito	Castelo Branco	NUTS III	Médio Tejo

2 - Parcelas de intervenção

		Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	3 639	Encostas	x
Freguesia	Troviscal, Várzea dos Cavaleiros, Ermida e Figueiredo	Linhas de água	x
		Rede viária	x
		Redes DFCI	x
Concelho	Sertã	Outro	x

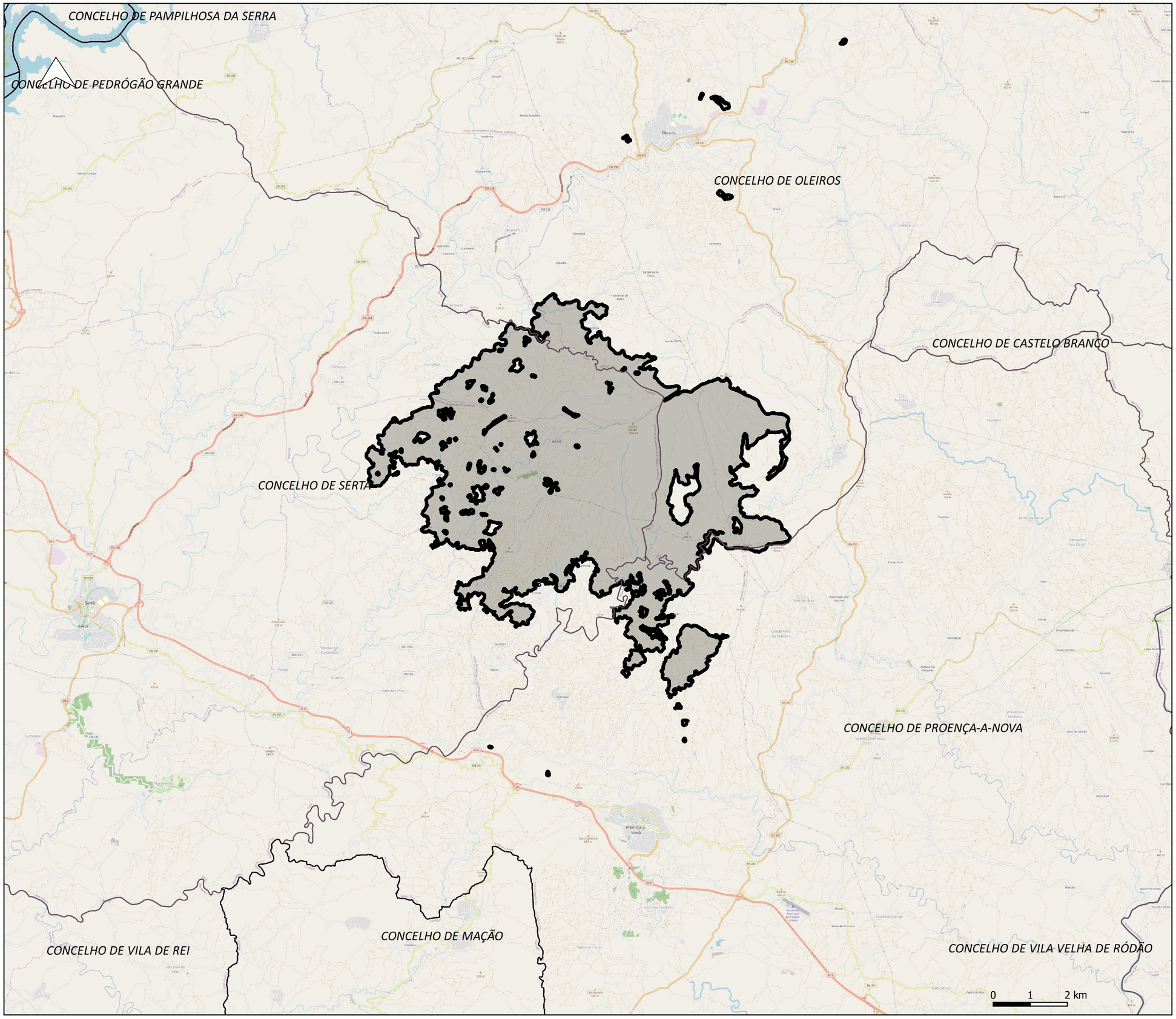
3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	300	750,00 €	225 000,00 €
Recuperação de pontos de água	nº	2	3 000,00 €	6 000,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	nº	36	5,00 €	181,95 €
Substituição de sinalização danificada	nº	18	100,00 €	1 820,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	200,0	925,00 €	185 000,00 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	nº	0	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	hectare	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**418 001,95 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	466,4	300,00 €	139 920,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	1100,0	650,00 €	715 000,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**854 920,00 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	60,0	2 000,00 €	120 000,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº	21	3 000,00 €	63 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas água, nomeadamente **instalação de vegetação ripicola**	hectare	50,0	1 950,00 €	97 500,00 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	nº	21	1 500,00 €	31 500,00 €
			Subtotal:	**312 000,00 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº	109	50,00 €	5 458,50 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,0	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**5 458,50 €**
			Total:	**1 590 380,45 €**

4- Observações: Pontos de água de 2ª ordem em zona de severidade muito alta e que merecem ser considerados.

4 ANEXOS

ANEXO I - Mapas



Legenda

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de enquadramento

Fonte: ICNF, I.P e OSM	Esc: 1:100.000
Data: 30 de julho 2020	**01-A3**

CONCELHO DE CASTELO BRANCO

CONCELHO DE OLEIROS

CONCELHO DE SERTÃ

CONCELHO DE PROENÇA-A-NOVA

0 1 2 km

Legenda

- Perímetro incêndio
- Rede viária (OSM)
- Linhas de água
- Concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de enquadramento sobre ortofotomapa

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:75.000
Data: 30 de julho 2020	**02-A3**

Legenda

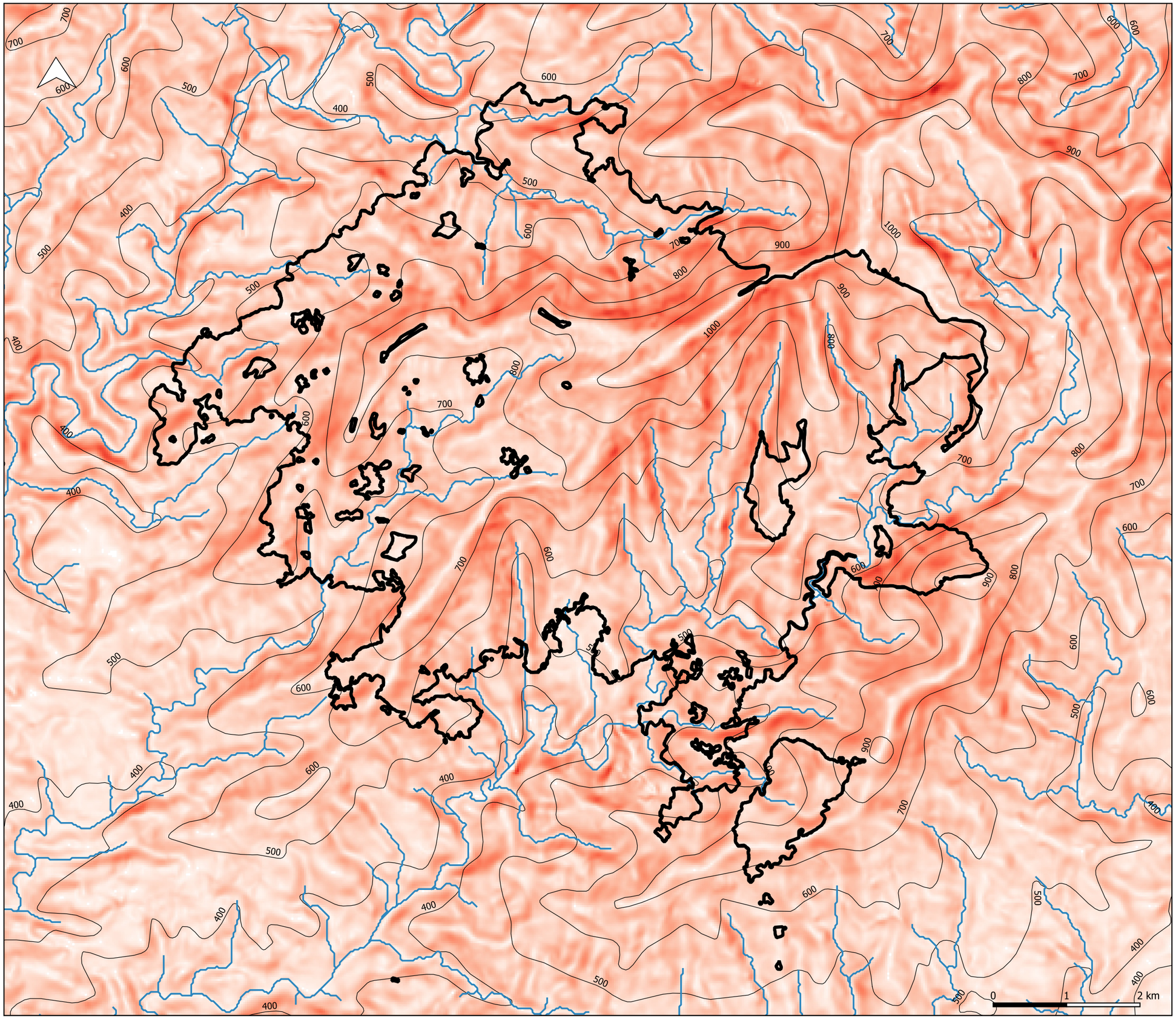
Modelo Digital de Terreno
- mín (0 m)
- máx (1200 m)
- Curvas de nível (100m)
- Linhas de água
- Perímetro incêndio

0 1 2 km

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de altimétrica

Fonte: ICNF, I.P, Copernicus	Esc: 1:75.000
Data: 30 de julho 2020	**03 -A3**



Legenda

Declives (%)

- 1
- 10
- 20
- 30
- 40
- 50
- 60
- 70
- 80
- 90
- 100

Curvas de nível (100m)

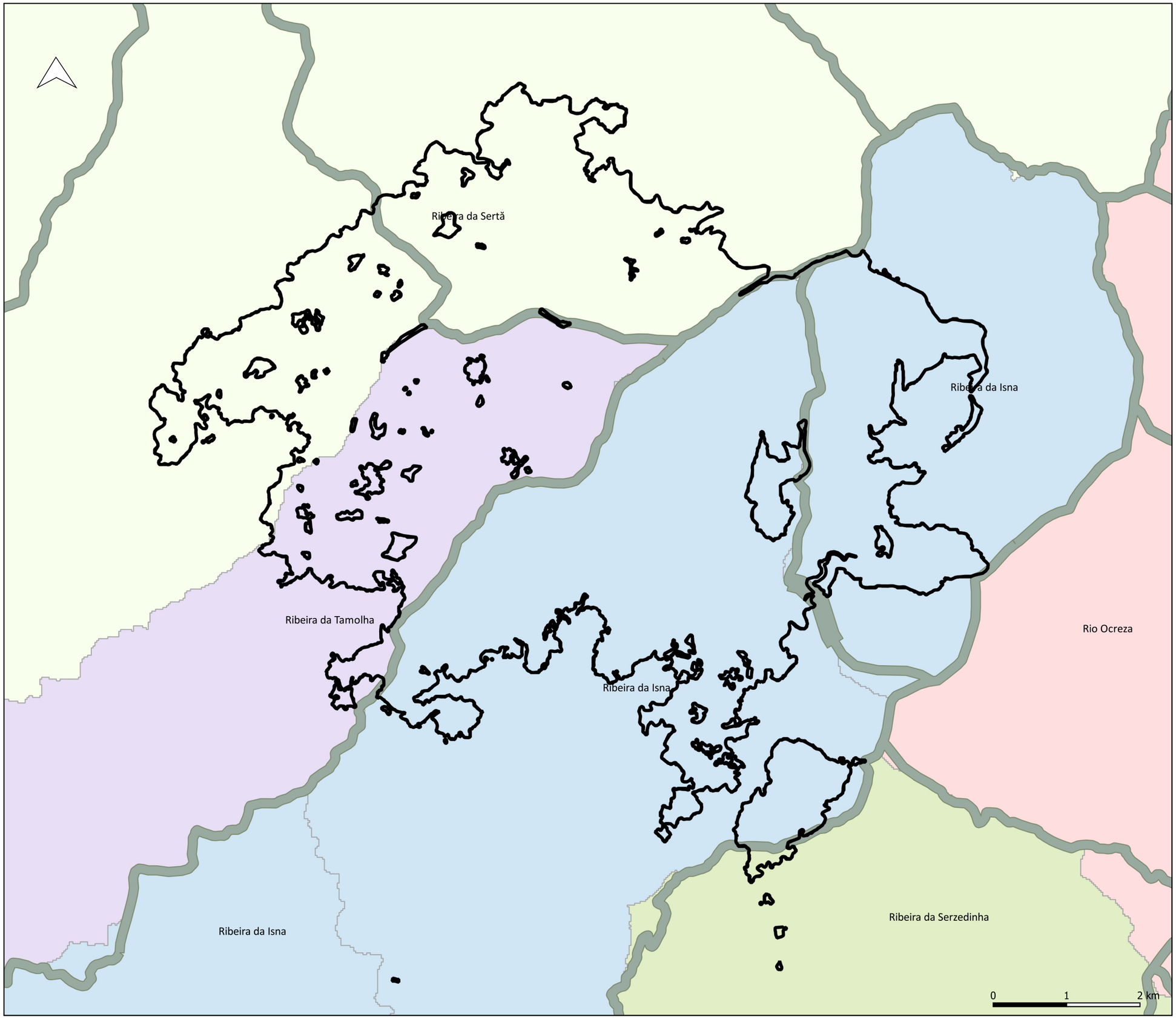
Linhas de água

Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de declive

Fonte: ICNF, I.P, Copernicus	Esc: 1:75.000
Data: 30 de julho 2020	**04 -A3**



Legenda

Sub_bacias hidrográficas

- Ribeira da Isna
- Ribeira da Sertă
- Ribeira da Serzedinha
- Ribeira da Tamolha
- Rio Ocreza
- RPFGC
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de sub-bacias e RPFGC planeada

Fonte: ICNF, I.P e APA	Esc: 1:50.000
Data: 30 de julho 2020	**05 -A3**

CONCELHO DE CASTELO BRANCO

CONCELHO DE OLEIROS

CONCELHO DE SERTÃ

CONCELHO DE PROENÇA-A-NOVA

0 1 2 km

Legenda

COS 2018

- Agrícola
- Águas interiores
- Castanheiro
- Eucalipto
- Matos
- Outras folhosas
- Outras resinosas
- Pastagens
- Pinheiro-bravo
- Sobreiro
- Urbano
- Zona piloto Oleiros/Proença-a-Nova para avaliação de biomassa florestal através de LiDAR (projeto FFP aGiL.TerFoRus)

Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de ocupação do solo (COS2018)

Fonte: ICNF, I.P e DGT	Esc: 1:50.000
Data: 30 de julho 2020	**06-A3**

0 1 2 km

Legenda

PerigConj_20

- Nula
- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta
- Áreas com potencial para grandes incêndios

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de perigosidade de incêndio 2020

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:50.000
Data: 30 de julho 2020	**07-A3**

0 1 2 km

Legenda

Recorrência de incêndio (1975-2019)

- 1
- 2
- 3
- 4
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de recorrência de incêndio (1975-2019)

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:50.000
Data: 30 de julho 2020	**08-A3**

CONCELHO DE CASTELO BRANCO

CONCELHO DE OLEIROS

CONCELHO DE SERTÃ

CONCELHO DE PROENÇA-A-NOVA

Legenda

Severidade de incêndio (Sentinel-2)

- Sem severidade
- Severidade reduzida
- Severidade média
- Severidade elevada
- Severidade muito elevada
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Sardeiras de Baixo/Oleiros (25-07-2020)
Carta de severidade de incêndio

Fonte: ICNF, I.P, Sentinel 2	Esc: 1:50.000
Data: 30 de julho 2020	**09-A3**

ANEXO II - Principal legislação e regulamentação aplicável

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**. Define o âmbito da **recuperação de áreas ardidas** (art.º 3.º, n.º 1, al. *x)*) e a obrigatoriedade da incorporação de medidas de recuperação no PNDFCI e no restante planeamento de DFCI (art.º 8 e art.º 11.º). No seu artigo 36.º estabelece normas relativas à remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação rodoviária e relativas às ações de estabilização de emergência.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	**Estratégia Nacional para as Florestas** (primeira atualização da Estratégia aprovada pela RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro). A recuperação das áreas ardidas é abordada no âmbito da desertificação, do fomento do associativismo (ZIF) e da política de DFCI. Nos objetivos estratégicos definidos surge o "**A.9 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados**", para o qual na Matriz Estratégica são definidos vários objetivos específicos e operacionais, incluindo-se nestes últimos: - Avaliar os incêndios com áreas superiores a 500ha tendo em vista a ponderação da recuperação de emergência; - Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio, com base nos relatórios produzidos pelo ICNF; - Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio.
Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro Portaria n.º 105-A/2018, de 18 de abril Portaria n.º 111-A/2018, de 27 de abril Portaria n.º 237-B/2018, de 28 de agosto Declaração de Retificação n.º 30/2018, de 6 de setembro Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro Portaria n.º 42-B/2019, de 30 de janeiro Portaria n.º 48/2019, de 7 de fevereiro	Estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.4 «**Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos**», ambas inseridas na ação 8.1 «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)**. Prevê, no âmbito da recuperação de áreas ardidas, o apoio às seguintes tipologias de intervenção: - Reflorestação de áreas afetadas e recuperação de infraestruturas danificadas (nível das explorações florestais); - Recuperação das infraestruturas danificadas, controlo da erosão, tratamento e proteção das encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda de biodiversidade (nível de escala territorial relevante).
Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro	Homologa a estrutura tipo da Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, regulamentando o n.º 3 do art.º 36.º do Dec.-Lei n.º 124/2006.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março	Aprova a **Diretiva Única de Prevenção e Combate**, na qual se inclui a componente de recuperação das áreas ardidas. Atribui ao ICNF a definição das melhores medidas de recuperação pós-incêndio, a detalhar em diretiva própria. À AGIF devem ser comunicadas as ações realizadas, cabendo-lhe ainda o apuramento das perdas decorrentes dos incêndios.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro	Aprova a **missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais** (SGIFR). Define como um dos elos da "cadeia de valor dos incêndios florestais" o designado "**Pós-evento**", que inclui "a reabilitação, operacionalizada pelo ICNF, nas áreas públicas sob sua gestão, pelos municípios e pelas pessoas singulares ou coletivas de natureza privada detentoras de espaços florestais e ainda pelas organizações de produtores florestais, pelas entidades gestoras de zonas de intervenção florestal e pelas entidades gestoras de baldios, e as lições aprendidas e melhoria contínua, responsabilidade de todas as entidades e confiada à coordenação da AGIF, em colaboração com todas as entidades do SGIFR".
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho	Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o qual atribui ao ICNF a competência de definição das intervenções de estabilização e recuperação.